

Os edifícios ocupados pela centenária escola técnica estadual Getúlio Vargas (SP) e sua história contada por um personagem

CAMILA POLIDO BAIS HAGIO*. MARIA LUCIA MENDES DE CARVALHO**

Por meio do Decreto nº 2118-B publicado em 28 de setembro de 1911 o Governo do Estado de São Paulo criou, organizou e regulamentou dois institutos profissionais na Capital, sendo um para o sexo masculino, denominado Escola Profissional Masculina e outro para o sexo feminino denominado Escola Profissional Feminina. Segundo este decreto, a Escola Profissional Masculina seria um estabelecimento destinado ao ensino de artes e ofícios, enquanto que a Escola Profissional Feminina se destinava ao ensino de economia doméstica e prendas manuais. Ambas foram as primeiras escolas públicas da capital voltadas ao ensino profissional e existem até os dias atuais, a masculina denominando-se Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas e a feminina Escola Técnica Estadual Carlos de Campos (BRASIL, 1911).

Em seus mais de 106 anos de existência, a Escola Técnica Estadual (Etec) Getúlio Vargas estabeleceu-se em três endereços. Com a intenção de datar estas mudanças de edifícios, entendendo suas propostas, necessidades e a forma como os espaços são ocupados pela escola, esta pesquisa faz uso do acervo escolar de seu próprio Centro de Memória e da História Oral.

O Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas começou a ser organizado quando a escola participou do projeto “Pesquisa sobre o Ensino Público Profissional no Estado de São Paulo: Memória Institucional e Transformações Histórico-Espaciais”, o qual foi uma parceria entre o Centro Paula Souza (CPS), o Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CME/USP), e a Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado de São Paulo, no período de 1998 a 2002, sob a coordenação das professoras Júlia Falivene Alves (Cetec/CPS) e Carmen Silvia Vidigal de Moraes (CME/FEUSP). Este projeto foi desenvolvido em oito escolas técnicas com a participação de docentes e alunos. Na Etec Getúlio Vargas ele esteve ativo até meados dos anos 2010, quando o espaço dedicado ao Centro de Memória foi desativado pela direção da unidade. Apenas no final de 2016, acontece um movimento de

* Etec Getúlio Vargas, Centro Paula Souza, Mestre em Design e Arquitetura pela FAUUSP.

** Centro Paula Souza, Pós-doutorado em Museologia e Patrimônio pelo MAST/RJ, Doutora em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável pela FEAGRI/UNICAMP, Coordenadora do Grupo de Memórias e História da Educação Profissional na CETEC/CPS. www.memorias.cpscetec.com.br

retomada da organização do Centro de Memória e a Etec Getúlio Vargas é integrada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional na Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza (GEPEMHEP/Cetec/CPS).

Conforme nos conta a pesquisadora Maria Lucia Mendes de Carvalho,

Quando foi criado o GEPEMHEP - Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional na Unidade de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza (Cetec/CPS), em 2008, o grupo decidiu trabalhar com a cultura escolar, como categoria de investigação, utilizando os prontuários de alunos, os planos de cursos, os planos de ensino, as fotografias, os livros de matrículas, os livros e cadernos escolares, para buscar vestígios de memórias e de identidades do público da escola e dos docentes que por ela passaram. Os documentos por si só não permitem compreender a história vivida na escola. Por esse motivo a história oral vem sendo muito utilizada para identificar os sujeitos, os espaços, e as práticas escolares e pedagógicas em diferentes épocas. (CARVALHO, RIBEIRO, 2013:07)

Segundo Suzana Lopes Salgado Ribeiro, “História Oral pode ser definida como um processo de trabalho que privilegia o diálogo e a colaboração de sujeitos considerando suas experiências, memórias, identidades e subjetividades, para a produção do conhecimento” (2013:13).

Para a definição destes sujeitos ou grupo de entrevistados, Suzana Lopes Salgado Ribeiro apresenta dois importantes conceitos:

Assim, pode ser útil para delimitar nosso grupo de entrevistados os seguintes conceitos:

Comunidade de destino: entende-se por comunidade de destino o acervo de experiências, que motivaram as razões do envolvimento e pertencimento ao grupo, podendo ser compreendida como todos os que de alguma forma se sentem ligados aos temas ou às atividades estudadas, sendo parte deste recorte um grande grupo de pessoas, que mantêm laços de afinidade e se encontram ligados por seus interesses.

Colônia: A colônia, por sua vez, é o grupo de onde podem emergir os entrevistados de nossas pesquisas. Que estiveram mais intimamente ligados à experiência estudada. Pode ser um grupo menor, contido no grupo de pessoas da comunidade de destino. (CARVALHO, RIBEIRO, 2013: 20)

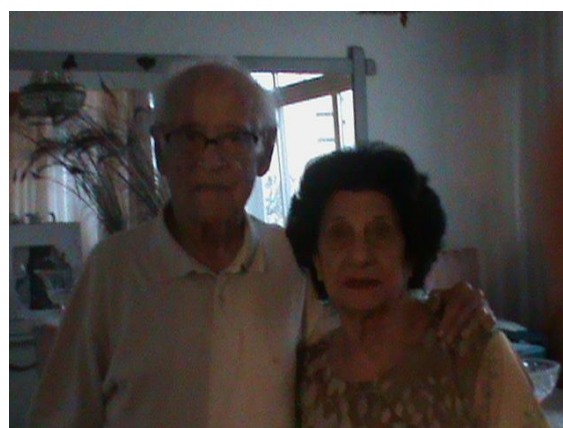
Deste modo, a partir do aprofundamento da história da escola e em contato com sua comunidade, foi selecionado para a realização de entrevistas o senhor Mario Ianeta, personagem importante e com possibilidades de contribuição na construção do presente estudo.

Mario Ianeta nasceu em São Paulo, em 01 de maio de 1922, e foi aluno da primeira turma de Eletrotécnica da Escola Técnica Getúlio Vargas, em 1943. Entre 1948 e 1961, atuou como Técnico em Educação no Departamento do Ensino Profissional, mas em exercício na Etec Getúlio Vargas. Por diversas gestões foi vice-diretor ou diretor substituto da Etec Getúlio Vargas. Aposentou-se, em 1980. Anualmente o Sr Mario Ianeta organiza um almoço entre alguns ex-diretores, ex-professores e ex-alunos na data de aniversário da escola.

Foram realizadas duas entrevistas gravadas e transcritas pela pesquisadora Maria Lucia Mendes de Carvalho com o Sr. Mario Ianeta.

A primeira aconteceu em 19 de janeiro de 2012 na sede do Centro Paula Souza, na cidade de São Paulo e esteve presente o Prof. Adhemar Batista Hemeritas, da Assessoria Técnica da Chefe de Gabinete, a pedido do entrevistado (Figura 1).

A segunda entrevista foi no dia 31 de janeiro do mesmo ano, na residência do Sr. Mario Ianeta, no bairro da Mooca, cidade de São Paulo (Figura 2).



Figuras 1 e 2 – Mario Ianeta durante as entrevistas concedidas, em 19 de janeiro de 2012, no Centro Paula Souza, e em 31 de janeiro de 2012, em sua residência. Fotografias: Maria Lucia Mendes de Carvalho.

A adoção de história oral em pesquisas levanta importantes questões, ainda segundo Suzana Lopes Salgado Ribeiro,

Outra questão importante é refletir sobre o fato de que quem trabalha com a história oral lida diretamente com a construção narrativa de uma memória. Esta memória é resultado de uma construção, feita a partir de seleções e organizações de sentido e escolhas vocabulares realizadas por quem narra uma história. Não se pode mais pensar, de modo ingênuo, que o narrado e registrado pela história oral é o registro do passado como ele foi. Isso seria impossível, pois ninguém se lembra de tudo, e melhor, ninguém narra tudo que lembra. Sabendo disso, os pesquisadores e pesquisadoras em história oral, assim como outros devem prestar

atenção aos discursos que registram, que consomem e, muitas vezes, reproduzem.
(CARVALHO, RIBEIRO, 2013: 14)

Explicitadas estas questões de memória e seleção tanto por parte do entrevistado quanto por parte do entrevistador e da metodologia adotada, procuramos entrelaçar as informações adquiridas por meio do acervo do Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas, em outros estudos publicados sobre arquitetura escolar e a fala de nosso personagem, buscando ilustrar e compreender as mudanças de edifícios sofridas pela unidade ao longo de sua existência, identificando a ocupação dos seus espaços pela comunidade escolar, as práticas pedagógicas possibilitadas por estes espaços, contribuindo com pesquisas sobre memórias e histórias da educação profissional pública no Estado de São Paulo.

Pode-se considerar que as mudanças de prédios da Etec Getúlio Vargas caminharam juntas com a expansão da rede física escolar estadual paulista, atualmente sob a responsabilidade da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), criada em 1987.

Segundo dissertação de Rita Beatriz Enge (FAUUSP, 2007:126-127),

“A partir de 1890, quando se iniciou a implantação da rede física estadual paulista, até os dias atuais, a rede física vem se expandindo contínua e incessantemente, com maior ou menor vigor conforme a prioridade conferida à área educacional pela diretriz política vigente e pelas determinações das políticas educacionais estabelecidas.

Vários órgãos foram, ao longo do tempo, responsáveis por essa expansão no Estado de São Paulo e o estudo dos prédios escolares com frequência baseia-se na periodicidade estabelecida por esses órgãos, enquanto responsáveis pela expansão e manutenção da rede física escolar estadual.

Dessa forma, a Superintendência de Obras Públicas, criada em 1890, foi inicialmente encarregada da execução dos primeiros prédios construídos especificamente para abrigar escolas públicas, e também responsável por uma série de melhoramentos urbanos por todo o Estado. Mais tarde denominada Departamento de Obras Públicas – DOP exerceu a função de construir e manter os prédios escolares da rede pública estadual até o final da década de 1960, sendo que a partir de meados da década de 1950 até 1965 partilhou a tarefa com o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – IPESP. Ambos, entretanto, possuíam inúmeras outras atribuições além da expansão e manutenção da rede física escolar.

Seu sucessor, o Fundo Estadual de Construções Escolares – FECE (1960-1976), foi o primeiro órgão público estadual que teve incumbência específica de planejar a expansão da rede física escolar, cujas obras eram então projetadas e executadas pelo DOP e pelo IPESP, e apenas num segundo momento, em 1965, assumiu a função de executá-las, juntamente com o DOP que atuou nessa área até pelos menos 1969.

O FECE foi posteriormente substituído pela Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo – Conesp (1976-1987), que desde sua criação ficou incumbida de todas as etapas do processo de expansão da rede física, ou seja, planejamento, projeto e obras, bem como da manutenção da mesma.

Essa, por sua vez, foi sucedida pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE (a partir de 1987 até os dias de hoje), que teve ampliada sua competência geral passando a possuir, além das atribuições relativas à expansão e manutenção da rede física, também as pertinentes à capacitação do magistério, avaliação dos alunos da rede escolar, distribuição de livros didáticos e projetos complementares à atividade pedagógica. No entanto teve, a partir de 1995, reduzida sua participação no tocante ao planejamento da expansão da rede física.”.

Compreendido os momentos e órgãos responsáveis pela rede física escolar estadual pode-se relacionar com as mudanças de endereço da Etec Getúlio Vargas desde sua fundação até os dias atuais.

Assim, em novembro de 1911 iniciavam as atividades da primeira escola pública masculina profissionalizante da capital sob a direção de Aprígio de Almeida Gonzaga. O diretor elaborava com riqueza de detalhes relatórios de direção, os quais são de grande valia para o entendimento de diversos aspectos da educação profissional. Alguns destes relatórios encontram-se no Arquivo Público do Estado de São Paulo e outros no Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas. Aprígio Gonzaga atuou como diretor da Escola Profissional Masculina por mais de 20 anos, desde a sua fundação até o ano de 1934.

O primeiro endereço da Escola Profissional Masculina da Capital foi na rua Muller, nº 04, no bairro do Brás. Neste local a escola estava instalada em um prédio alugado e adaptado. Deste edifício quase não se tem informações.



Figura 3 – Fachada do primeiro prédio da Escola Profissional Masculina da Capital.

Fonte: SAITO, 2010:168

Em seu relatório de 1919, denominado “Em redor da Escola Profissional Masculina da Capital”, o diretor comenta com entusiasmo a expansão da instituição, que iniciou seus trabalhos em 17 de novembro de 1911 com cerca de 70 alunos, no segundo ano de funcionamento já tinha 200 alunos matriculados e em 1919, ano do relatório em questão, atendia aproximadamente 800 alunos (GONZAGA, 1919: s/p).

Neste momento, ainda de acordo com o Relatório de 1919 de Aprígio Gonzaga, a escola oferecia os cursos de pintura, marcenaria, mecânica, funilaria e eletricidade, e curso noturno, tendo este último cinco opções: desenho profissional mecânico, desenho profissional para frentistas e pedreiros, desenho profissional para marceneiros, carpinteiros e pintores, desenho profissional para tecelões e curso prático de fiação e tecelagem, e por fim, curso de escultura e plástica. Em seu Relatório de 1926, o diretor explica mais profundamente três cursos oferecidos pela Escola (mecânica, marcenaria e pintura e decoração) e acrescenta que estes cursos contavam com o denominado Curso Teórico, o qual era obrigatório e comum a todos os cursos, e compreendia as matérias: a) Português, b) Aritmética e Geometria, c) Desenho Geométrico, d) Desenho Profissional e e) Física e Química.

Com o aumento expressivo de alunos interessados na escola, entre 1913 e 1915 foi encomendado um projeto para a construção de um edifício próprio e, em 1917, a escola é

transferida para a Rua Piratininga, 105, no mesmo bairro do Brás (MORAES & ALVES, 2002:48).



Figura 4 – Fachada do edifício escolar na Rua Piratininga.

Fonte: GONZAGA, 1926:59

Como o foco do ensino da escola é a formação de mão-de-obra capaz para atender as demandas industriais, a parte do ensino prático era fundamental. Por isso a necessidade de oficinas e máquinas para os alunos aprenderem era de extrema importância, como ilustram fotografias dos Relatórios de Aprígio Gonzaga.

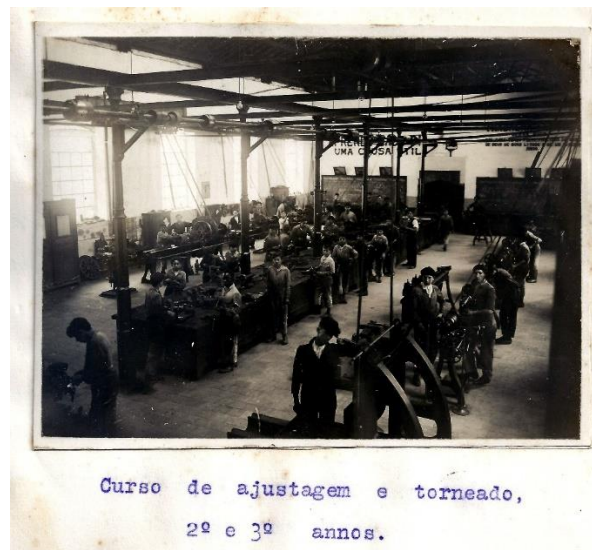


Figura 5 – Alunos em curso de ajustagem e torneado, oficina da escola na Rua Piratininga.

Fonte: GONZAGA, 1926:04



Figura 6 – Alunos em seção de fundição, oficina da escola na Rua Piratininga.

Fonte: GONZAGA, 1926:08

Em sua entrevista, o senhor Mario Ianeta destaca a necessidade do uso dos macacões por parte dos alunos quando estavam nas oficinas, como registrado nas fotografias acima. Comenta inclusive que o uso de macacão era motivo de preconceito por parte de meninas da Escola Profissional Feminina., as quais chamavam os meninos de operários.

O senhor Ianeta também narra o caso de uma vaga aberta para professor de máquinas e motores, quando um engenheiro se apresentou e não quis fazer a prova prática. Ianeta conta que não autorizou a inscrição do engenheiro, o qual levou o caso até o palácio do governador. Este caso trouxe grande popularidade ao senhor Ianeta e a escola ficou um tempo sem professor para esta disciplina, porém Ianeta estava seguindo a obrigação dos professores terem experiência prática comprovada no ato de sua contratação.

A Escola Profissional Masculina passa por constantes mudanças de nome após os anos 1930, sendo a primeira delas em 27 de Janeiro de 1931, quando o decreto nº 4.853, converte a Escola Profissional Masculina da Capital em Escola Profissional e Industrial de São Paulo. Dois anos depois, a escola é convertida em Instituto Profissional Masculino da Capital, por meio do decreto nº 5.885, de 21 de Abril de 1933. Em Dezembro de 1942, o decreto nº 13.125, altera seu nome de Instituto para Escola Técnica de São Paulo, subordinada a Superintendência do Ensino Profissional. No ano seguinte a escola passa a ser denominada Escola Técnica Getúlio Vargas, por meio do decreto nº 13.178, publicado no dia 07 de janeiro de 1943, provavelmente devido a duas visitas oficiais realizadas no ano de 1940 pelo presidente em exercício Getúlio Vargas.

É notável a relevância que a Escola vai adquirindo no campo da educação profissional, e com isso o número de matrículas aumentava anualmente. Visando atender o aumento da

demanda dois novos prédios são construídos. O primeiro, no final da década de 1930, à Rua Piratininga, nº 85 e o segundo, em 1940, na mesma rua, no nº51. O Departamento de Obras Públicas foi responsável pelos projetos e fiscalização da obra, e sua construção ficou sob responsabilidade do engenheiro Romeu S. Mindlin e da firma Severo & Villares conforme ilustram páginas da Revista Acrópole N°63 publicada em julho de 1943.



Figura 7 – Páginas 60 e 61 da Revista Acrópole com reportagem sobre projeto de ampliação da Escola Técnica Getúlio Vargas. Fonte: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/63>

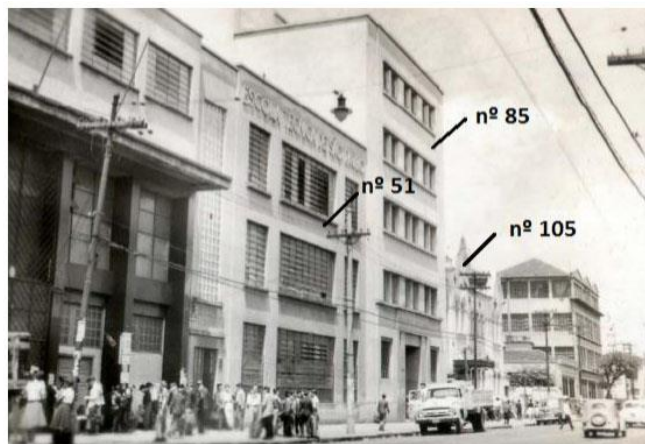


Figura 8 – Fachadas dos prédios à Rua Piratininga, 51, 85 e 105, Escola Técnica Getúlio Vargas

Fonte: acervo Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas

Recentemente, em 2016, o prédio nº 105 da Rua Piratininga foi tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo (CONPRESP, 2016).

Em 1964, devido à constante necessidade de mais vagas no ensino técnico, a escola foi desmembrada e outras duas escolas foram criadas. Segundo o decreto nº 43.182, publicado no dia 25 de março daquele ano, é relatado sobre o funcionamento da Escola Técnica Getúlio Vargas na Capital e a divide em 03 unidades, conforme consta no artigo 1.º - “Fica autorizada a Escola Técnica "Getúlio Vargas" a funcionar nos seguintes prédios: no bairro Ipiranga, à rua Moreira e Costa, s/n., (...) nos bairros Tatuapé (...) e Vila Prudente”. A atual Etec Getúlio Vargas localiza-se no bairro do Ipiranga, a escola do Tatuapé é a Etec Martin Luther King e a da Vila Prudente a Etec José Rocha Mendes (SÃO PAULO, 1964).

Esta mudança foi realizada durante a gestão de nosso entrevistado, Mario Ianeta, que relata:

M. Ianeta: O que aconteceu comigo foi o seguinte: - Em 62, eu estava na direção da escola e eu fui chamado no Departamento. Uma comissão tinha chegado a uma conclusão. Ao seguinte: - que tinha que reformar o prédio da escola e que não podia ser feito com os alunos presentes. E então, que eles iam procurar um prédio para mudar a escola para esse prédio. E eu nunca. As famílias dos alunos e os professores, também, começaram a colocar a responsabilidade da mudança em Mario Ianeta. Eu fui obrigado em reuniões, tanto no Departamento: - que o Mario Ianeta não foi ouvido. - Vocês tiraram inclusive uma responsabilidade, que até hoje eu só tenho que agradecer. (tosses) - Por que eles fizeram o seguinte: poxa porque a Getúlio vai para três prédios?

M. Lucia: Quantos alunos tinham?

M. Ianeta: Nós tínhamos diurno e noturno, quase dois mil alunos. E eles disseram que não dava para fazer a reforma, devido ao número de alunos e de cursos. E não dava para fazer a reforma com os alunos dentro. Então eu recebi ordem. Não fui o culpado não. Ah! Eu esqueci o principal: - Eu abri o primeiro dia da mudança. E eu segui, o seguinte critério: - os caminhões que eram do Estado, e tal, e uma pessoa da escola vai ter que relacionar independente de cada oficina. Ele sabe o detalhe e depois eu ponho o meu visto. Bom, infelizmente, infelizmente não. Por que eu acho que foi a minha mãe, que já tinha falecido, alguém me ajudou. Porque veio uma ordem e aí eu fiquei responsável pela escola: - o senhor vai ser diretor das três escolas.

M. Lucia: Mas isso em 62?

M. Ianeta: Em 62. Não tinha nada, não tinha móveis, não tinha força. Eu escolhi dois assistentes e eu, três. E cada um dos meus assistentes, indicados por mim, professor ou não, eu vou lá uma hora ou outra, mas eu não posso ficar em três lugares. Mas responsável: - eu queria ver isso. Eu não vi publicado, somente recebi uma ordem do departamento: - Mario, você vai ficar com a responsabilidade das três escolas” (IANETA, 2012b: 6-7).

Ianeta também conta que no dia da mudança, ele foi decidindo o que ia para cada escola, não havia sido feito um planejamento. Encontra-se atualmente itens do acervo da Escola Profissional Masculina espalhados pelas três unidades (SILVA, 2015:93-106).

Ainda no decorrer da entrevista, Ianeta esclarece que as máquinas dos cursos técnicos foram todas para a unidade do Ipiranga e os alunos tinham que se locomover para ter aulas em outro bairro. Comenta a pressão que sofreu por parte dos pais dos alunos que queriam o nome de Getúlio Vargas em todas as unidades, porém somente a unidade do Ipiranga manteve este nome.



Figura 9 – Fachada do prédio à Rua Clóvis Bueno de Azevedo, Ipiranga, Escola Técnica Getúlio Vargas
Fonte: acervo Centro de Memória da Etec Getúlio Vargas

Segundo nossa personagem as três escolas foram construídas durante o governo de Carvalho Pinto, sem o cuidado de construir prédios específicos para escolas técnicas, “construiu para outras escolas que iriam funcionar, mas todas de nível até abaixo de básico industrial” (IANETA, 2012b: 9).

Reforçada pela dissertação de Rita Beatriz Enge (2012:87-89), o grande crescimento demográfico de São Paulo a partir dos anos 1950 e a forte participação da cidade na indústria nacional exigiram um aumento substancial do número de vagas nas escolas e na construção de novos prédios escolares,

Diante desta situação, ao assumir o governo do Estado em 1959, Carvalho Pinto utiliza-se do planejamento como instrumento auxiliar das ações governamentais e cria um Plano de Ação, com metas, prioridades e prazos a serem cumpridos, no qual estabelece como meta do governo na área educacional acabar com o déficit de salas de aula existentes. (ENGE, 2012:88)

Conforme aponta pesquisa de Enge (2012), foram construídas aproximadamente sete mil salas de aula no quadriênio 1959/1962 apenas para o ensino primário sob responsabilidade do DOP. Neste contexto, a Secretaria da Educação propôs a criação de um órgão específico dedicado ao planejamento escolar, e em 1960, cria e regulamenta o Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE).

Em 1982, a Escola Técnica Getúlio Vargas foi incorporada pelo Centro Paula Souza, juntamente, com outras cinco escolas técnicas públicas do estado de São Paulo. Em uma pesquisa realizada sobre a arquitetura escolar das escolas técnicas públicas estaduais, constatou-se que:

“Esta incorporação das escolas técnicas da Secretaria do Estado da Educação, não foi acompanhada dos recursos necessários para sua manutenção, segundo Almério Melquíades de Araújo, coordenador do ensino técnico na época, e atual coordenador da unidade de ensino médio e técnico na instituição. O Centro Paula Souza encontrou uma forma de gerir os recursos disponíveis criando o Escritório Piloto e a Fundação de Apoio a Tecnologia (FAT), no final de 1987, com as finalidades de formação de recursos humanos e prestação de serviços à comunidade. (MOTOYAMA, 1995, p. 484) Em entrevista realizada pela pesquisadora com o coordenador da unidade de infraestrutura, engenheiro civil Rubens Goldman, em 26 de julho de 2012, este informou que foi contratado, e posteriormente, trabalhou com o professor Rufino Reis Soares, e com o grupo de engenheiros e professores de etecs e fatecs da área de edificações e voltados para elaboração de projetos e orçamentos, bem como fiscalização de obras contratadas para reforma das escolas integradas ao Centro.” (CARVALHO, 2012:21)

Em 2012, a Unidade de Infraestrutura contava com vinte e seis funcionários atuando em dois departamentos: de “Obras” e de “Equipamentos e gestão imobiliária”; uma equipe de assistência técnica para licitações e uma célula administrativa de apoio para construir e reformar escolas técnicas e faculdades de tecnologia no Centro Paula Souza.

REFERÊNCIAS

“AMPLIAÇÃO da Escola Técnica Getúlio Vargas - São Paulo”. In: **Revista Acrópole**, São Paulo, n.63, p.60-64, jul, 1943. Disponível em < <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/63> > Acesso em 28 mar. 2018

BRASIL. Decreto nº 2118-B, de 28 de setembro de 1911. Organiza as escolas profissionais da capital, de acordo com a Lei nº 1214, de 24 de outubro de 1910 e dá-lhes regulamento. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 05 de novembro de 1911, p.4216. Disponível em <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19111105&Caderno=D O&NumeroPagina=4216>> Acesso em 28 fev. 2018

SÃO PAULO. Prefeitura do Município. Secretaria Municipal de Cultura. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Tombamento do Edifício da Escola Profissional Masculina, atual Fórum Brás, na Rua Piratininga, 105. **Resolução no. 24/ CONPRESP/ 2016**, de 04 de outubro de 2016. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Re2416TombamentoPrimeiraEscolaProfissionalMasculinaPDF_1478277217.pdf> Acesso em 6 abr. 2018.

CARVALHO, Maria Lucia M. Carvalho. Patrimônio, trabalho e educação. A arquitetura escolar como lugar de memórias e da história da educação profissional pública de São Paulo. **V Jornada de Recuperação de Patrimônio Histórico – Educativo: la arquitectura escolar**, em Buenos Aires/AR, em 7 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.bnm.me.gov.ar/proyectos/medar/actividades/v_patrimonio/doc/carvalho_ponencia.pdf. Acesso em: 06 abr. 2018.

CARVALHO, Maria Lucia M. Carvalho. RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **História Oral na Educação: memórias e identidades**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013. Disponível em: < <http://www.memorias.cpsctec.com.br/publicacoes/apostilas/historiaoral.pdf>> Acesso em 06 abr. 2018.

ENGE, Rita Beatriz. **Planejamento da rede física escolar**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2007.

MELLO, Mirela Geiger de. **Arquitetura Escolar Paulista. Fundo Estadual de Construções Escolares – FECE: 1966-1976**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2012.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia F. (Org.). **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: uma História em Imagens (Álbum Fotográfico)**. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico – Governo do Estado de São Paulo, 2002.

SÃO PAULO. Decreto n. 43.182, de 25 de março de 1964. Dispõe sobre o funcionamento da Escola Técnica Getúlio Vargas na Capital, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1964/decreto-43182-25.03.1964.html>

Acesso em: 09 abr. 2018.

SILVA, Paulo Eduardo. As raízes artísticas da Etec José Rocha Mendes: práticas pedagógicas e permanências. In: CARVALHO, Maria Lucia M. (org.). **Patrimônio Artístico, Histórico e Tecnológico na Educação Profissional**. São Paulo, Centro Paula Souza, 2015.

Fontes orais

IANETA, Mario. Entrevistado por Maria Lucia Mendes de Carvalho, no Centro Paula Souza, em São Paulo/SP, em 19 de janeiro de 2012^a, 24p.

IANETA, Mario. Entrevistado por Maria Lucia Mendes de Carvalho, em sua residência, em São Paulo, em 31 de janeiro de 2012^b, 25p.

Fontes de acervos

GONZAGA, Aprígio. Em redor da Escola Profissional Masculina da Capital (Obra comemorativa da instalação definitiva da Escola Profissional Masculina em seu prédio próprio, à rua Piratininga), em 1919. Diário Oficial, São Paulo.

GONZAGA, Aprígio. Escola Profissional Masculina da Capital. **Relatório do ano de 1926**. Centro de Memória da ETEC Getúlio Vargas.

GONZAGA, Aprígio. Escola Profissional Masculina da Capital. **Relatório do ano de 1927**. Centro de Memória da ETEC Getúlio Vargas.

SAITO, Mario Izumi. **Os egressos da “GV” do Brás: Escola Técnica Getúlio Vargas (1911 – 1963)**. São Paulo, 2010. Disponível em <http://www.cpscetec.com.br/memorias/livros/memorias/egressosgv.pdf>. Acesso em 28 fev. 2018.